

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



A GUERRA

VOLUME 30, 2009

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A CIVILIDADE NA GUERRA AOS OLHOS DOS PORTUGUESES DE QUINHENTOS

Em 1577, o autor anónimo de *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia* afirmava que "muitos seguem a guerra, [mas] poucos a entendem...". Para a entender ou a fazer modernamente, preconizava, entre outros princípios, a observância do segredo, da experiência, da ordem, da prudência, da capacidade de sofrimento, do empenho e da obediência aos comandos. Concretamente, alertava que, sem obediência, "toda a guerra será hũa confusão" e que a via para credibilizar a nação portuguesa era fazer esforçadamente a guerra aos inimigos e tratá-los bem em tempo de paz* ⁽¹⁾.

Observavam já os portugueses de Quinhentos tais princípios? Não faltam provas de que, na generalidade, sim, o que, associado a uma ideologia bastante marcada pelo miraculismo ou pelo auxílio do Céu e a uma *centralidade social* estatuída pelos valores da honra, do proveito, da fama e da glória (celeste e terrena), ajuda a compreender a progressiva formação de um Império Ultramarino Português. Dito de outro modo, pela nossa integração secular no bloco religioso-civilizacional "cristão" e pela adopção de uma estratégia *nacionalista* (a necessidade de Portugal crescer no exterior para poder defender a sua independência perante a

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coordenador Científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura (FCT - Universidade de Coimbra).

⁽¹⁾ *Ob. cit.*, Lisboa, por João Rodrigues, 1630, fis. 48, 54 e 76.

ameaça de Castela, depois da crise de 1383-1385), a guerra converteu-se num imperativo ao longo do século XV. Depois, como se prova pela assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494), a progressiva monopolização da *dominação política* interna, personificada decisivamente em D. João II e suportada pela concentração da fiscalidade ou da fazenda e da força física ou da guerra na Coroa/Estado, no dizer de Norbert Elias, catapultou Portugal para um estádio Imperial®. Ou seja, pelo que agora nos interessa, a guerra continuou a enformar (e muito) o *estado normal* da sociedade portuguesa.

Mas, constituiu-se como factor único, então, da nossa identidade e como objectivo exclusivo de um programa político definido pela Coroa/Estado? Claro que não, bastando rememorar a importância do trato ou da mercancia e a descoberta ou a conquista de novos territórios para colonizar. Se a guerra fosse exclusiva, que não apenas dominante, na sociedade portuguesa, não se compreenderia o seu carácter senhorial-camponês, nem a cortesia e a civilidade teriam marcado tanto o ideário, os comportamentos e as condutas dos nossos compatriotas já no século XVI.

Mais: a guerra era então considerada, por alguns que integravam o centro de decisão política, como fonte de canseiras e de sofrimento, ou seja, era "má de sofrer". Não concorria já tanto, por outras palavras, para a predominância de uma alegria guerreira vivida à escala nacional, pelo que vigoravam o recrutamento compulsório (à custa de degredados e homiziados) e a mobilização por aliciamento do soldo, que não tanto do saque.

Em boa medida, a crónica rimada (composta entre 1534-1536) de Garcia de Resende, com o título *Miscellania*, registará muito das "desvairadas mudanças de vida e de costumes" que ocorreram, entre nós, na passagem da época medieval para a moderna. Concretamente, a sociedade portuguesa, no seu todo, perdeu então muito do seu carácter guerreiro, sentindo-se cada vez mais atraída pelo trato, em particular pelo comércio no e a partir do Índico-Pacífico. Citemos Resende, ainda que de uma forma intermitente: "Os Portugueses soham / ser nas armas muy destrados, / [...] non lhes lembrava tractar, nem muy to negociar; ²

(2) *Liber den Process der Civilisation. S o cio genetis che und Psycho genetis che Untersuchungen*, em tradução castelhana *El Proceso de la Civilización. Investigaciones Sociogenéticas y Psicogenéticas*, Mexico-Madrid-Buenos Aires, 1988.

/ eram com pouco contentes, / com amigos, e parentes / costumavam do folgar. Depois foram tam polidos, / tam ricos, tam atilados, / [...] e em gastar desordenados, / e tantos trajos mudados, / tanto mudar de viver, / tanto tractar, revolver, / tanto ser negociado"⁽³⁾.

Norbert Elias, ao assinalar as principais fases do processo civilizacional, desde a "cortesia" até à "civilização", passando pela fase da "civilidade", lembrará que foi essencialmente no ambiente próprio das grandes cortes das monarquias da Europa (a partir do século XVII) que, pela participação conjunta das elites nobiliárquica e burguesa, se constituiu um segmento da sociedade em que passaram a regredir, notoriamente, os impulsos emotivos da agressividade física e a instalá-lo as boas maneiras. Mas recordará, igualmente, o papel civilista já das cortes dos grandes senhores, durante a parte final da Idade Média, mesmo que apenas frequentadas (e só temporariamente) por guerreiros. Nesses centros ou estâncias de âmbito muito localista, começar-se-á a experimentar o gosto da convivência cortesã ou da pacificação dos costumes, ainda que, devido às dificuldades de circulação de bens, pessoas e notícias, a área de influência dessas pequenas cortes fosse, geo-culturalmente, bastante restrita. No entanto, a cortesia irá aumentar e difundir-se progressivamente.

Diferente será o processo da cortesia e da civilidade nas sociedades da margem do Índico-Pacífico, por descrições-narrações que nos irão chegar através dos portugueses viajantes, guerreiros, mercadores e missionários. Ali, pese embora a significativa representação das economias mercantilizadas, servidas por um surpreendente manancial de moedas e para-moedas, as cortes dos soberanos eram residências de imenso luxo e requintado prazer, mas não eram centros de *acortesamento* (passe o neologismo) e de irradiação da civilidade. Desde logo, porque a permeabilidade social esbarrava na rigidez normativa e prática das castas, o que não passou despercebido aos primeiros portugueses que chegaram ao Índico; depois, porque a divisão entre não-produtores e produtores, ou entre habitantes das urbes e dos campos, não será, ali, progressivamente contrariada pelo acesso comum ao consumo, à custa da vulgarização do dinheiro. Registrar-se-á, pois, no Índico-Pacífico,

⁽³⁾ *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973, p. 369.

um forte enquistamento do poder, quer real, quer senhorial, ou, se se preferir, um despotismo estiolante em termos sócio-culturais, bem diferente do que, então, se passava no *Ocidente*.

Explicitando o suficiente, estes reis e senhores orientais continuavam a apreciar a guerra e as acções violentas (incluindo a caça), sendo manifesto, nestas sociedades, o prazer de matar, de mutilar e de destruir os outros e os seus bens. Por outras palavras, ainda não se verificava, nelas, a formação da pressão ou da coacção de uma qualquer força social que condenasse moralmente a violência. Eram, enfim, sociedades tipicamente guerreiras, na generalidade, em especial as dos reinos mais interiorizados ou do sertão, embora necessitassem das práticas do comércio e da tributação para que as elites político-militares tivessem acesso aos bens de luxo. Exemplifiquemos.

O rei do Guzurate ou de Cambaia (um dos mais poderosos do Oriente), segundo Duarte Barbosa (ele embarcou na frota de Pedro Álvares Cabral), era "muy grande senhor asy de gente, como de muytas rendas, e terra muy rica", pelo que *trazia* (repare-se na mobilidade) "grande corte com grossa cavalaria" e com esta arma medieval fazia "grande guerra" aos reis vizinhos⁽⁴⁾. Para seu serviço pessoal, dispunha de cerca de mil mulheres e mancebas⁽⁵⁾. Porém, estas não eram propriamente cortesãs.

Por sua vez, no reino sertanejo do Decão (contíguo, no litoral, ao de Narsinga), o respectivo monarca levava "muito boa vida", já que entregara o governo a certos senhores que, com frequência, se guerreavam, servindo-se de mercenários. E Duarte Barbosa, autor também desta informação, acrescentará que "hos senhores mouros costumaom muyto trazerem tendas com que asentaom araial nos campos, quando andaom caminho, ou quando vaom combater algüu lugar". Aliás, "muyto poucas vezes" tinham paz⁽⁶⁾.

Mobilizavam estes potentados orientais exércitos numerosíssimos, com óbvio predomínio da infantaria. Constituindo a cavalaria e a elefantaria uma arma de elite, mesmo assim veja-se como estavam largamente representadas em muitos reinos: o de Narsinga chegava a dispor de

(4) Duarte Barbosa, *Livro do Oriente*, in *Além-Mar, Códice Casamatense 1889*, Bertrand & Franco Maria Ricci, 1988, pp. 59-60.

(5) Tomé Pires, *A Suma Oriental e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, por Ordem da Universidade, 1978, p. 198.

(6) *Livro do Oriente*, p. 67.

40 000 cavaleiros e de 500 elefantes; o de Cambaia teria 30 000 homens de cavalo e 300 elefantes; o do Decão apreciava muito os cavalos árabes e persas, pelo que dispunha de grande número; o de Cós, dizia-se, contaria 70 000 cavaleiros...(7).

Não se pense, a propósito, que a improvisação ou o amadorismo marcavam a actividade militar destas sociedades guerreiras. Ao invés, era ministrado treino militar, realizando-se frequentes e imponentes alardos (paradas militares), como se verificava, por exemplo, no Reino de Narsinga. Numa dessas paradas, a que assistiram, em meados de Quinhentos, portugueses que regularmente ali iam vender cavalos, desfilaram: numerosos peões armados de adargas, machadinhas e espadas; cavaleiros com os seus cavalos e elefantes acobertados de veludo e franjas douradas; frecheiros e guerreiros com espingardas e espingardões; "mouros" que sabiam usar bombas e outros engenhos de artilharia... Enfim, o enorme contingente de combatentes, o esplendor do armamento e a gritaria incitadora concorreram para que até o assistente e informador português tivesse ficado fora de si, parecendo-lhe "ser visão o que vya, e que passava aquillo em sonho"(8). Acrescentará, ainda, que o rei de Narsinga tinha "continuadamente" à sua disposição um milhão de combatentes, pagando soldo a muitos deles.

Outro indicador da apurada organização militar, neste reino de Narsinga, era a forma de recrutamento, muito próxima, como se verá, da que será adoptada no Ocidente Europeu. Demos a palavra ao informador português: "Hos oficiais de guerra quando pera ela [guerra] assentaom algum homem, despem-no nuu, e olham-lhe quam comprido he, e como há nome, e ha tera honde nasceo, e ho nome de seu pay e may, e desta maneira fica asentado sem nunca mais lhe quererem daar licença pera se ir ha sua tera, e se acontece ir-se sem licença e depois ho tomaom, he muyto maltratado..."(9).

Em suma, e no que concerne ao potencial humano e técnico dos orientais, os níveis já então demonstrados levarão, por exemplo, o quinhentista Gaspar Barreiros a emitir o seguinte juízo, pese embora a clara finalidade encomiástica do valor dos portugueses: o êxito da nossa guerra "nam o ouvemos [no índico] com [contra] gente fraca e desarmada

(7) Tomé Pires, *A Suma Oriental*, pp. 171,197, 210 e 220, respectivamente.

(8) *Chronica dos reis de Bisnaga*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 114.

(9) Duarte Barbosa, *Livro do Oriente*, p. 72.

como sam os da Terra Nova (a que chamam índias Ocidentais) que em lugar de ferros de Faym, trazem nas lanças ossos de alimarias, e as suas pelles por cossoletes [escudos]. Mas antes quando as nossas bambardas chegaram à India, não faltaram la outras que as salvassem á entrada com tiros de ferro coado. Onde achámos muito género de armas, e sobretudo muita experiênciã de guerra..."⁽¹⁰⁾.

Nem era preciso focar o olhar só nas sociedades tradicionais do "Novo Mundo" para os portugueses de Quinhentos se aperceberem da debilidade da organização militar de outras comunidades humanas culturalmente menos adiantadas. Por exemplo, nas Molucas, em meados do século XVI, ainda haveria "huma gente branca, bestial, que se não cobre [veste], não sabem que cousa são armas e, se asertão de se encontrar com quem as tem, metem-se por ellas, como criaturas irracionais"⁽¹¹⁾. Corresponderia a informação ao real? De qualquer modo, registe-se como o nível da actividade militar integra ou não o leque do domínio da civilidade aos olhos dos portugueses de Quinhentos. Damião de Góis, a propósito, dirá de alguns índios do Brasil: são "tão barbaros que nenhũa cousa crê, nem adoram, nê sabem ler, nem screver, nê tem egrejas, nem usam imajês de nenhü genero, ante as quaes possam idolatrar, nem te lei, nem peso, nê medida, nê moeda, nê rei, nem senhor; obedecem somente áquelles que nas guerras que tem hüs com hos outros, sam mais valentes, e destes faze cabeça, emquanto nam cometem covardia..."⁽¹²⁾.

Repare-se como, nas sociedades menos civilizadas, as chefaturas se impõem mais pelo lado pessoal do que pela institucionalização do comando, com a correspondente desmultiplicação e pronta substituição no caso de faltar o chefe. Nessas sociedades, com efeito, morto o chefe, por regra acabava a guerra, porque os guerreiros desorganizavam-se e debandavam. Sucedeu, por exemplo, assim, quando, durante a expedição dos portugueses à Etiópia, nos anos de 1541-1543 e sob o comando inicial

⁽¹⁰⁾ *Chorographia de alguns lugares que slam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros.. \ 1546*, Coimbra, por João Alvares, 1561, fl. 43 v.º.

⁽¹¹⁾ Pe. Baltazar Dias, carta de Malaca a 19 de Novembro de 1556, in *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, vol. II, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1955, pp. 253-254.

⁽¹²⁾ *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Parte Iª, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p. 119.

de Cristóvão da Gama, o rei islamizado de Zeila, inimigo do Preste, foi morto. Ao invés, o filho de Vasco da Gama, após ter sido fisicamente eliminado, foi substituído por outro português e a guerra luso-abexim prosseguiu⁽¹³⁾.

Mas, poderemos detectar outros avanços na civilidade dos costumes guerreiros dos portugueses de Quinhentos, utilizando como referente os dos "outros", muito embora, e como teremos oportunidade de documentar mais adiante, não faltem indícios quanto a desmandos também cometidos pelos "nossos". Insistimos, contudo, que eram desvios pontuais; não eram práticas tão correntes. Concretizemos.

Das descrições-narrações quinhentistas dos muitos informadores portugueses que veem e perguntam (repare-se na utilização persistente do ver e do ouvir) pelas mais curiosas realidades, no que à guerra diz respeito, infere-se que a exibição de troféus humanos já os choca, quanto mais o espectáculo do sacrifício do cativo. Será assim quanto à informação de ser costume dar a comer aos leões os inimigos que os abexins tomavam na guerra, cortando-lhes antes os membros genitais para os guardarem como troféus⁽¹⁴⁾. Outro tanto praticavam os fulas da Guiné ou os índios tupinambás (nas proximidades da Baía de Todos os Santos), sendo curioso que estes também mutilavam "as naturas" das mulheres-guerreiras⁽¹⁵⁾. E, enquanto os índios potiguaras (entre os rios Grande e Paraíba) comiam os prisioneiros de guerra, os portugueses compravam, por manilhas de latão ou de cobre, os cativos que os guerreiros do Benim tomavam nas suas guerras, trocando-os, depois, por ouro, na fortaleza-feitoria de S. Jorge da Mina⁽¹⁶⁾. Já os "chinas" não escravizavam ninguém (o que não se verificava, como é sabido, mesmo

(13) D. João Bermudez, *Breve Relação da Embaixada que o Patriarcha do João*, Em Lisboa, em casa de Francisco Corrêa Impressor do Cardeal Infante, anno de 1565.

(14) D. João Bermudez, *ob. cit.*, p. 83.

(15) André Alvares d'Almada, *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, [1594], Lisboa, 1946, p. 44; e Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, pp. 321-322.

(16) *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, p. 55, e Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, [1954], p. 149, respectivamente.

no caso português), pelo que empregavam os vencidos de guerra na defesa das fronteiras do seu vastíssimo Império⁽¹⁷⁾.

Repare-se na evolução gradativa do destino conferido aos cativos de guerra: matá-los e comê-los; mutilá-los; escravizá-los; esperar por um resgate; convertê-los em colaboradores militares... Devolvê-los, intactos ou graciosamente, ao inimigo estava, no entanto, fora das intenções de qualquer sociedade guerreira, independentemente do seu nível cultural, porque se perderia a oportunidade de reduzir o potencial bélico do outro, quer directa, quer indirectamente. É que o ex-cativo poderia voltar a ser guerreiro ou a ser um produtor que colaboraria no enriquecimento da própria comunidade. No caso de ser valioso, poderia ser resgatado de acordo com o seu valor. Exemplifiquemos esta última situação. O Preste João pagou 30 000 cruzados por 40 e tantos portugueses capturados pelos turcos no Golfo Pérsico, porque os apreciava como combatentes e precisava deles⁽¹⁸⁾.

Torturar publicamente o cativo de guerra, por vezes até à morte, constituía um acto de solidariedade vicinal, nas sociedades tradicionais, porque era uma forma de partilhar a alegria da vitória com a comunidade, motivando-a para o apreço que a defesa comum deveria merecer. Exemplifiquemos com esta prática descrita, entre outros, por Gabriel Soares de Sousa, a propósito dos costumes guerreiros de algumas tribos brasileiras.

Quando o inimigo valente, tomado na guerra (escreve ele), chegava ao terreiro da aldeia, era publicamente sujeito a prolongadas ofensas, quer por palavras, quer por actos. Como que era *toureado*, cessando os castigos quando os chefes locais decidiam entregá-lo, preso por cordas, à moça mais linda da aldeia, pelo que lhes escolhiam casa e redes para dormirem. Passado cerca de um ano, se acaso o prisioneiro não tivesse entretanto fugido, voltava a ser publicamente vilipendiado, seguindo-se a morte cruel com pancada dada por maça de madeira. O seu corpo era esquartejado e a carne repartida por todos os membros da aldeia para ser consumida de imediato, à excepção das partes do corpo susceptíveis de serem preservadas, sendo, posteriormente, também elas ingeridas

(17) p. Gaspar da Cruz, *Tractado em que se contam muito por extenso as cousas da China, com suas particularidades, e assi do Reyno de Ormuz*, Barcelos, Portucalense Editora, 1937.

(18) D. João Bermudez, *oh. cit.*, p. 121.

em banquete colectivo e com a renovação dos vitupérios. Se, acaso, houvesse filho nascido da mulher que o guardara, era criado para ser, também, sacrificado e consumido, como sucedera ao pai, sem sinais de afectividade por parte da parentela materna, porque ele "não era seu"⁽¹⁹⁾. Terminava, assim, o longo ritual do sacrifício de um inimigo distinto, com vergonhosa afronta para a comunidade a que pertencera e com vantajosa solidariedade vicinal para a comunidade vencedora.

A propósito, registre-se que, nas sociedades tradicionais, as esposas facilmente se convertiam em guerreiras activas. Concretamente, as mulheres dos índios aimorés acompanhavam os maridos na guerra, munidas de uns paus "à maneira de maças", e ajudavam-nos a matar os contrários⁽²⁰⁾. Já no reino de Belagate ou do Decão, cuja cidade principal era Bidar (a norte de Bombaim), as mulheres, deslocando-se em bois de carga, acompanhavam os maridos na guerra, mas não combatiam⁽²¹⁾. Prestavam apoio logístico e concorriam, como estímulo, para o êxito da guerra. Esta motivação era mais explícita no reino de Narsinga, já que o respectivo rei mobilizava "mulheres muy honradas e principaes, ricas e fermosas, por cuja causa hos que com elas andaom de amores pelegaom per seu serviço melhor, e dizem que de muytos reinos concorre alli grande multidão de homens por causa destas mesmas mulheres"⁽²²⁾.

Entre nós, portugueses, as poucas mulheres embarcadas e, eventualmente, presentes nas fortalezas em tempo de guerra, também não combatiam, por regra, mas curavam os feridos e acorriam aos lugares mais vulneráveis, durante os cercos, para reforçarem com materiais sólidos as possíveis entradas dos inimigos. Enfim, a participação das mulheres em acções de violência física decresce com o aumento da civilidade. Mas, cresce, naturalmente, como fica referido, o nível organizativo e tecnológico, a par da capacidade de invenção para solucionar situações embaraçosas e montar "ardis". Concretamente, a artilharia portuguesa, manejada por norma com perícia, era, entre os meios militares, o factor mais susceptível de impressionar os "outros", a ponto de os etíopes afirmarem que os "nossos" "não eram homes humanos, porque nam

⁽¹⁹⁾*Ob. cit.*, pp. 56-60.

⁽²⁰⁾Gabriel Soares de Sousa, *ob. cit.*, p. 61.

⁽²¹⁾Duarte Barbosa, *Livro do Oriente*, p. 67.

⁽²²⁾*Idem, ibidem*, p. 67.

pelejavam como homens"⁽²³⁾. Explorando o lado espectacular e até estético da guerra, não é difícil imaginar o carácter impressivo que, muitas vezes, conseguíamos nos "outros". Se até os "nossos" se surpreendiam, como referirá, por exemplo, o Duque de Bragança, em carta dirigida a D. Manuel e relatando a conquista de Azamor, em 1513: "[...] crea vossa alteza que ver-se frota por mar e a gente por terra [cerca de 15 000 homens], nunca se vio couza mais formozã"⁽²⁴⁾.

Gomes Eanes de Zurara usa o termo "ordenamento" para traduzir a ordem táctica, o que diz bem como já no século XV procurávamos assumir, deliberadamente, uma postura militar própria de gente civilizada, diferente portanto do modo desordenado como a gente bárbara quase sempre combatia. Registe-se que Fernão d'Oliveira, autor de *A Arte da Guerra do mar*, já aconselhava os capitães a não caírem na tentação de repetirem a táctica utilizada numa vitória, antes deviam corresponder sempre às situações com "formas de infinita variedade"⁽²⁵⁾. E o mesmo tratadista, preconizando o uso da imaginação na guerra, aconselhará: "Os bos [bons] capitães fazem a guerra per manha mais que per força.."⁽²⁶⁾. Era o que faziam, designadamente, os chineses, um povo, segundo Fr. Gaspar da Cruz, muito "civil", "político" ou "polido", ainda que "cego" quanto aos impedimentos de abraçar o cristianismo⁽²⁷⁾.

Dimana, com efeito, da obra etnográfica de Fr. Gaspar da Cruz sobre a China e os chineses a frustração, quase diríamos, por não ter encontrado um povo plenamente "polido", precisamente por lhe faltar (na opinião do clérigo português) a disponibilidade para abraçar a religião da Cruz. Quanto ao nível da sua civilidade, porém, os "chinas" estariam muito próximos, se não os suplantassem mesmo, dos "ocidentais". Recorde-se, a propósito, que os conceitos quinhentistas mais usados para os "ocidentais" europeus expressarem a sua superioridade, em relação aos "outros", em matéria de civilidade, serão: "doméstico", "polido", "civil", "culto", "cristão" *versus* "selvagem", "bárbaro", "bestial", "bruto", "rústico", "inculto", "ignorante", "gentio"... Enfim, num extremo,

⁽²³⁾D. João Bermudez, *ob. cit.*, p. 70.

⁽²⁴⁾ In *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. Portugal*, T. I, Paris, Paul Geuthner, 1934, pp. 414-415.

⁽²⁵⁾*Ob. cit.*, Lisboa, Ministério da Marinha, s.d.

⁽²⁶⁾ *Ibidem*, p. 115.

⁽²⁷⁾*Tractado em que se contam muito por extenso...*, pp. XIII-XIV e 80-81.

o homem "selvagem" ou "natural", quase sem religião (ou pelo menos sem o conhecimento da religião cristã), provido de uma tecnologia muito rudimentar, detentor de um pensamento pré-lógico e até de uma língua rude ou pouco perceptível; no outro, o homem na posse dos seus poderes intelectuais, sociais, políticos, proto-científicos e técnicos, isto é, o homem "doméstico" ou culto, que age ou procura agir de acordo com os referentes da religião, da razão, do saber, da civilidade.

Os portugueses estavam, claramente, do lado da civilidade e, no entanto, não raro, caíam na banda da barbárie, sobretudo quando faziam a guerra. Exemplifiquemos. Numa expedição de flagelação de certos súbditos do reino de Cambaia, logo após o terrível segundo cerco de Diu (1546), os portugueses, até então sitiados, sob o comando de D. Manuel de Lima atacaram, furiosos, os pagodes da cidade de Goga, destruindo-os e matando "quantos bois e vacas encontravam, cujas cabeças e imundices, com as peles ensanguentadas, deitavam nos pagodes e tanques...". Tratou-se de uma grave ofensa ou "vitupério, ignomínia e crueldade", para utilizarmos termos classificativos do autor [D. Fernando de Castro] da *Crónica do vice-Rei D. João de Castro*⁽²⁸⁾. É que foi tal o sacrilégio que os moradores daqueles lugares abandonaram-nos durante anos, parecendo-lhes que a terra "estava violada e imunda para nela tornarem a fazer seus sacrifícios"⁽²⁹⁾. Mais, o mesmo D. Manuel de Lima surgiu no porto de Baçaim, depois da acção flageladora, "com as vergas das suas fustas todas cheias de enforcados, o que pôs grande espanto e temor nos mouros"⁽³⁰⁾.

Tratou-se, obviamente, de uma tática da guerra organizada, ou seja, tratou-se de usar o terror para dominar os outros. Porém, não se pode deixar de assinalar que, na perspectiva da "civilidade" dos costumes na guerra, o relator dos acontecimentos serviu de porta-voz de um sector da opinião pública que já condenava, sem reboços, o barbarismo ou a selvajaria das práticas guerreiras.

Poder-se-á perguntar, a propósito, se o "novo Israel, povo cristão amado e escolhido de Deus, passado a estas partes das índias não menos miraculosamente, para ser acrescentado com as estrelas do céu e soar em toda a terra a evangélica verdade...", ou seja, Portugal, não

⁽²⁸⁾ *Ob. cit.*, Tomar, 1995, pp. 351-355.

wIbidem, pp. 354-355.

^m *Ibidem*, p. 428.

poderia e deveria comportar-se diferentemente das "bárbaras gentes"⁽³¹⁾? Dito de outra forma, poder-se-á perguntar pelo papel da religião como factor de civilidade.

A resposta será que a crença na existência de um Deus que premeia ou castiga nunca actuou, so por si, como factor civilizador. Ao invés, as guerras de religião, com frequência, foram até das mais dizimadoras, precisamente porque eram ou são feitas em nome de Deus (qualquer que seja o seu nome) e destinam-se a defender verdades absolutas ou apodíticas. Queremos um exemplo, entre os muitos que poderiam ser invocados?

Ainda, também, durante o cerco de Diu de 1546, o vigário da respectiva igreja, com um crucifixo nas mãos, não deixava de proclamar: "[...] portugueses animosos e sempre vencedores, olhai para este Senhor crucificado que aqui vos vem acompanhar, pois costuma ao forte dar furor e forças ao fraco; morrei por tão bom Deus [...], não consintais que essa gente perversa entre neste lugar a tratar mal esta sua santa imagem!"⁽³²⁾.

Este tipo de furor guerreiro, incentivado no âmbito de uma ideologia miraculista e cruzadista, tinha correspondência, como é sabido, no fundamentalismo islâmico, pelo que era praticamente impossível, no caso português, esperar por um claro avanço na moderação das práticas violentas. De qualquer modo, adiante-se que, em termos gerais, a religião pode ajudar a forjar um movimento de auto-coacção e de coacção social no sentido da condenação do recurso à violência e à guerra. Dito de outra forma, como a religião nunca é, apesar da sua maior importância, componente exclusiva de uma estrutura social, o culto ou não da violência dimana do todo social. Ora, no caso português, a Coroa/Estado, interpretando, por certo, o estado civilizacional da Nação, já elabora e publicita, no século XVI, "regimentos" e normas de conduta geral em que é exigido o respeito pelos "outros" e pelos seus bens. Algum deste normativo é dirigido, particularmente, aos soldados, mas claro está que ele dimana e tem por alvo toda a nação.

wIbidem, p. 335.

MIbidem, p. 240.

Exemplifiquemos com estas advertências do autor de *Primor e Honra da Vida Soldadesca do Estado da Índia*: não deve o soldado português "[••] tomar o alheio contra vontade de seu dono, roubar-lhe os bazares, matar-lhe vacas ou galinhas, destruir-lhe as ortas, devassar-lhe casa, sujar-lhe tanques, poer-lhes mãos em molheres, zombar defies, trata-los com desprezo e sobrançarias, ou fazer-lhe outras cousas contra seus costumes e observâncias". Enfim, os "nossos" eram aconselhados a serem "piedosos", não só com os vivos, mas também com os mortos.

Vamos terminar, recordando que o processo da "civilização" (um conceito que, na Europa, só a partir da segunda metade do século XVIII será vulgarizado) pertence aos fenómenos históricos da muito longa duração. Passou, claramente, pelas fases da "cortesia" (correspondente ao período terminal da Idade Média) e da "civilidade" (a partir de 1530). Serão vários os campos ou os domínios da civilidade que foram objecto da observação dos europeus, em particular dos portugueses de Quinhentos, mas destacam-se, no âmbito dos costumes: o comer, o beber e o estar à mesa; o vestir-se, o despir-se e o ocultar-se; as formas de embelezar e cuidar do corpo; o dormir e o agir sexualmente; a saudação e a expressão oral; a libertação dos impulsos violentos, traduzida ou não na guerra, e o relativo controlo da violência.

O que, no entanto, genericamente se verifica é que, a partir dos finais da Idade Média, o homem "europeu" principia a ver-se, a ver os outros e a natureza com crescente atitude de dignidade, de respeito, de humanidade e de civilidade.